

DIÁLOGOS CRÍTICO-RELEXIVOS SOBRE A INCLUSÃO DE SURDOS NA ESCOLA COMUM: O QUE DIZEM OS ESTUDOS PRODUZIDOS DA ÁREA?

Lara Regina Cassani Lacerda
Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação
laralacerda1@yahoo.com.br

Eixo Temático: Atendimento Educacional Especializado
Pôster de Pesquisa

Resumo: constituiu-se em um levantamento de estudos (teses e dissertações) entre os anos de 2008 e 2018, com o objetivo de refletir sobre a inclusão do surdo no ensino comum. Por meio da pesquisa bibliográfica, deseja-se compor espaços de análise e de reflexão sobre as questões levantadas por pesquisadores que se envolvem com a educação de surdos e, nesse contexto, compreender os avanços e desafios que encontramos na escolarização desses sujeitos. Para esse levantamento, recorre-se a dois bancos de dados: CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e dialoga-se com 15 (quinze) trabalhos, sendo 11 (onze) dissertações e 04 (quatro) teses, tendo como descritores: educação de surdos e legislação; educação de surdos e direito à Educação; educação de surdos e escolarização. Além disso, dialoga com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2008) e Philippe Meirieu (2005) que auxiliam no processo de inclusão dos estudantes surdos na escola comum, quando o primeiro problematiza o direito social à diferença e à igualdade e o segundo a aposta na educabilidade humana. Como resultado, o estudo encontra um cenário ainda frágil e recoberto de dúvidas e ações descontextualizadas. As pesquisas analisadas sinalizam para a necessidade de reconhecimento da Libras como língua materna do surdo; fortalecimento das redes de apoio; investimento na formação docente; diálogo entre a sala de aula e o AEE, dentre outras. As experiências de vários pesquisadores sobre a inclusão do estudante surdo nos levam a pensar em novas possibilidades de mediação pedagógica, necessitando que políticas públicas do sistema educacional sejam articuladas em diálogo com a realidade vivenciada pelas escolas.

Palavras-chave: Educação de surdos. Política de inclusão. Ensino regular.

Introdução

O presente estudo propõe refletir sobre a inclusão do surdo no ensino regular, situação trazida por vários documentos legais, dentre eles, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de educação Inclusiva. Por meio dela, a referida modalidade de ensino também ganha reconhecimento como uma ação

que defende os direitos à Educação, fortalecendo os direcionamentos para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A Política Nacional de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva reforça que a Libras é uma grande conquista e demonstração da força que os movimentos sociais possuem. A partir do seu reconhecimento, oficializada pela Lei 10.436, em 2002, e, regulamentada pelo Decreto 5.626, em 2005, marca-se uma conquista histórica para a Educação de Surdos, sendo a sociedade convocada a considerar esse sujeito como capaz, pensante e um sujeito histórico e social.

Para que a interação entre surdos e ouvintes aconteça de forma significativa nas escolas inclusivas, a legislação educacional determina ser de fundamental importância a presença de um mediador para essas ações, sendo este o intérprete educacional, que deve ser um parceiro do professor em sala de aula, buscando orientá-lo mediante as trajetórias de aprendizagem do estudante surdo. Além disso, prevê a contratação de outros profissionais para potencialização do atendimento educacional especializado a ser ofertado na sala de aula comum e nas salas de recursos multifuncionais.

Nesse sentido, desejamos compor um espaço de análise e de reflexão sobre as questões já levantadas por pesquisadores que se envolvem com a educação de surdos e, nesse contexto, compreender os avanços e desafios que encontramos na escolarização desses sujeitos. Para tanto, constituímos uma pesquisa bibliográfica, por meio de um levantamento de teses e dissertações – entre os anos de 2008 e 2018 – buscando entender pontos em comum existentes entre esses estudos. Segundo Gil (2002, p.44), uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado e sua vantagem está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Para esse levantamento, recorreremos a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e IBICT – Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia, onde encontramos 15 (quinze) trabalhos que sinalizam a importância de aprofundamento legal (nos momentos de formação continuada) sobre o direito à Educação para estudantes surdos, sendo 11 (onze) dissertações e 04 (quatro) teses. Usamos como descritores: educação de surdos e legislação; educação de surdos e direito à Educação; educação de surdos e escolarização.

Compondo essa análise, trazemos também para o diálogo o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2008) e Philippe Meirieu (2005) que nos auxiliam a embasar o processo de inclusão dos estudantes surdos na escola comum, pela via do direito social à Educação.

Interseções entre as pesquisas analisadas no âmbito da escolarização de surdos em escolas comuns

Uma *primeira categoria de análise* aponta para o fato de todos os trabalhos destacarem (de uma maneira ou de outra) a *necessidade de equilíbrio entre a mediação da Libras e da Língua Portuguesa*, evidenciando que o problema principal reside na falta de uma língua comum entre ouvintes e surdos, revelando que, no geral, os educadores tendem a valorizar somente o esforço de comunicação do surdo, apresentando uma baixa expectativa em relação ao desempenho acadêmico desses sujeitos.

Neste mesmo contexto, uma *segunda categoria* se desenha: a *necessidade de formação de professores para a atuação direta com o estudante surdo*. Mesmo prevista em lei, a formação inicial e continuada não tem sido oferecida de forma a sanar os problemas relativos à falta de profissionais capacitados. Como relata um dos autores de estudos analisados: há falta de recursos (materiais e profissionais) e cursos de formação, que, muitas vezes, contradizem o que está proposto pela legislação, ou fora de alcance da realidade vivida (BARBOSA, 2011).

Os estudos também desenham uma *terceira categoria* para reflexão: *a educação dos estudantes surdos, muitas vezes, se dá de forma improvisada ou até mesmo descontextualizada*, isso, sem considerar questões da história e da cultura desses sujeitos. As atividades são desenvolvidas e pensadas para ouvintes, contando apenas com o apoio do intérprete educacional. Muitas vezes, o ensino desses alunos segue a via de planejamentos frágeis, pois os profissionais ainda têm dúvidas sobre o que ensinar e como atuar com os surdos na sala de aula comum.

A *quarta categoria* volta-se para as *redes de apoio*. Verifica-se, na maioria dos casos, que a inclusão do aluno surdo se dá pelo cumprimento da lei na contratação do profissional intérprete, esse, muitas vezes, despreparado para atuar no cargo ao qual está submetido. Assim, torna o surdo invisível e, de certa forma, até mesmo inconscientemente, excluído.

Complementando esse pensamento, encontramos o discurso reflexivo de como deveriam ser abordadas as ações desenvolvidas pela escola frente à inclusão: não é apenas o surdo que necessita ser incluído nesse espaço, mas sim, toda sua bagagem de vida e experiências. Tudo isso, compõem possibilidades enriquecedoras para todos, já que os estudos analisados apontam para o fato de os surdos não poderem se apresentar como coadjuvantes da sua própria história, muitas vezes, isolado, excluído e com suas “mãos silenciadas” pela falta de oportunidade de comunicação dentro da escola em que é dado como incluído.

[...] devemos pensar a educação em um ideal de todos sendo a educação inclusiva aquela composta não só pelos sujeitos com necessidades educativas especiais, mas também suas histórias, diferenças, identidades e culturas assumindo um compromisso ético-político para transformar a realidade e avançar (RUZZA, 2016, p.36).

A legislação sempre esteve voltada para a preocupação com a linguagem oral e escrita, passando despercebida a bagagem trazida pela cultura surda e o desperdício das experiências dos estudantes surdos que podem ser compartilhados contribuindo para a formação de todos. Segundo Morais (2015), toda luta em favor da escolarização dos surdos gerou passos para a conquista

do que temos adquirido. Podemos tirar proveito da pluralidade que encontramos nas salas de aulas para enriquecermos nossos planejamentos com as histórias de possibilidades que cada um traz consigo.

Os estudos, atravessados por esses pensamentos, defendem a ideia de que as políticas públicas que determinam a inclusão educacional têm se efetivado pela existência da *separação entre sala de aula regular e o atendimento educacional especializado*, como dois momentos distintos e com públicos diferenciados, compondo assim, uma *quinta categoria* de diálogo. Encontramos, inclusive, estudos com pesquisadores surdos (que traz certo diferencial para a análise). Um desses pesquisadores, pai de dois adolescentes surdos, relata que os filhos “[...] sentem na pele os efeitos da realidade escolar devido às dificuldades encontradas em decorrência das políticas públicas de educação inclusiva” (AMORIM, 2015, p.23).

Destaca ainda a fragilidade na formação docente e implementação de ações para articulação entre a sala de aula comum e o AEE: escasso planejamento; aulas que desmerecem a presença dos surdos; falta de articulação entre docentes comuns e do apoio especializado; atividades desconexas, dentre outros, pois, no dia-a-dia da escola, a maioria das ações é pensada para ouvintes. O processo de ensino-aprendizagem se fragiliza e, por conta disso, ganhando o discurso, por parte dos professores, de não estarem preparados para assumir tal função, delegando ao intérprete e à equipe do AEE a responsabilização pela escolarização dos surdos. Com isso,

Por mais que a legislação brasileira e documentos internacionais determinem que ninguém ficará fora da escola, a política educacional inclusiva se constitui um desafio, tanto na sua implementação como na sua operacionalização (AMORIM, 2015, p.39).

Outro autor surdo que nos traz uma significativa contribuição sobre a educação dos surdos relata que seus entrevistados (alunos e ex-alunos surdos) ressaltam a dificuldade no processo de escolarização destacando como pontos principais: a dificuldade de encontrar intérpretes; o relacionamento dentro de uma

instituição em que pouco se sabe sobre a Libras; a falta de compreensão sobre as explicações feitas pelo professor; a intenção pela oralização e a leitura labial, enfim, a não percepção da diferença dos surdos pela escola e a falta de condições para que esses sujeitos se comuniquem e se apropriem dos conteúdos por meio da Língua Brasileira de Sinais. Miller (2013, p.33), afirma que “[...] no Brasil, o processo de escolarização do surdo ainda é lento. Nós, surdos, não temos nossas vozes como principais no direcionamento da educação de nós mesmos”.

Com esse olhar do vivido, verificamos que o maior desafio da escola inclusiva no tocante à inclusão do surdo é acatar a ideia da educação bilíngue, ou seja, o reconhecimento da Libras, principalmente quando fortes discursos escolares compreendem as pessoas como desiguais e não como cidadãos de direitos, principalmente aquelas que trazem certa diferença linguística. Nesse sentido, emerge a escola numa perspectiva de controle, vigilância e normalização dos sujeitos marcados pela deficiência e pela banalização do ensino e da aprendizagem da Libras (CONRADO, 2014).

O diálogo com esses estudos demonstra o quanto eles trazem preocupações comuns e aproximações com as teorizações de Santos (2010, p. 313) quando afirma o quanto temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza e o direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza. Assim, encontramos o acolhimento das diferenças, sem descaracterizar o sujeito e reduzi-lo a uma condição específica. Esses estudos demonstram a importância do respeito mútuo e das adaptações necessárias para que o surdo seja contemplado no mesmo planejamento e na organização escolar, proporcionando a sujeitos, muitas vezes, invisibilizados, serem protagonistas de suas histórias.

Ajudam-nos também a concordar com Meirieu (2005, p.43) que defende a *educabilidade* de todos, sendo essa um grande desafio e aposta fundamental a ser assumida pela escola, pois “[...] toda criança, todo homem é educável”. É uma aposta da escolha pela educação contra a exclusão. Com essas palavras, o autor nos faz refletir sobre a atuação dos profissionais da Educação frente à

pluralidade de sujeitos existentes nas salas de aula, pois nela não deveria ser permitida a seleção de quem tem o direito de aprender, pois a educação é um direito de todos.

Conclusões

Os estudos analisados sinalizam que o processo de escolarização de surdos vem sendo atravessada por vários elementos. É de fundamental importância considerar a língua materna desse sujeito e tudo que o cerca: sua história e a cultura surda. Além disso, que se ajustem os projetos pedagógicos a essa realidade; aulas que reconheçam o direito de aprender de todos; oportunidades de formações que considerem os surdos como sujeitos de possibilidades e não um sujeito incapaz, pois o que percebemos é a deficiência de um sistema social e político e não de um sujeito.

Referências

- AMORIM, L. C. S. **Políticas Educacionais de Inclusão: a escolarização de surdos em Uberlândia/MG**. Dissertação (Mestrado em educação) – UFSM. Rio Grande do Sul, 2015. p. 144.
- BARBOSA, R.S. **Análise do ensino e da aprendizagem de crianças com surdez incluídas no ensino regular**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – UFSCar. São Paulo, 2011, p. 107.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.
- CONRADO, J. C. **As artes de governar no contexto da educação de surdos: estratégias de governamento da escola inclusiva**. Dissertação (Mestrado em educação) – UFSM. Rio Grande do Sul, 2014. p. 81.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed. 2005.
- MILLER, A. J. **A inclusão do aluno surdo no Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFES. Vitória, 2013, p.120.

MORAIS, M. Z. **A Emergência das Políticas de Educação Bilíngue para surdos no Brasil na racionalidade inclusiva.** Tese – UFSM. Rio Grande do Sul, 2015. p. 143.

RUZZA, M. L. F. **A Inclusão Educacional do Sujeito Surdo:** direito garantido ou reprimido? Dissertação (Mestrado em Educação) –PUC-SP. São Paulo, 2016. p. 134.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 313.